



MINISTÉRIO DA
DEFESA

**A COLABORAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PARA O
APERFEIÇOAMENTO DA SEGURANÇA E DA
TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO**



Introdução



MINISTÉRIO DA
DEFESA



Comissão de Transparência das Eleições (CTE)



Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação



Conclusão



Introdução



MINISTÉRIO DA
DEFESA



Comissão de Transparência das Eleições (CTE)



Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação



Conclusão

INTRODUÇÃO



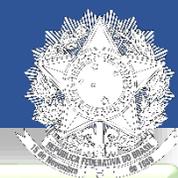
MINISTÉRIO DA
DEFESA

PERFIL DA ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

LEGALIDADE

TRABALHO TÉCNICO

COLABORAÇÃO



LEGALIDADE

PORTARIA Nº 578-TSE, DE 8 DE SETEMBRO DE 2021.

Instituiu a Comissão de Transparência das Eleições (CTE) e o Observatório da Transparência das Eleições (OTE).

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Transparência das Eleições (CTE) com a finalidade de:

- I - **Ampliar a transparência e a segurança** de todas as etapas de preparação e realização das eleições;
- II - Aumentar a participação de especialistas, entidades da sociedade civil e instituições públicas na fiscalização e auditoria do processo eleitoral; e
- III - Contribuir para resguardar a integridade do processo eleitoral.

LEGALIDADE

Art. 2º A Comissão de Transparência das Eleições atuará nas seguintes etapas:

- I - **Planejamento de ações de ampliação da transparência do processo eleitoral**: a CTE examinará o plano de ação do TSE para ampliação da transparência do processo eleitoral, podendo opinar sobre seu conteúdo e recomendar ações adicionais; e
- II - **Acompanhamento e fiscalização das fases de desenvolvimento dos sistemas eleitorais e de auditoria do processo eleitoral**: a CTE acompanhará as rotinas e etapas referentes aos procedimentos de desenvolvimento dos sistemas eleitorais e aos eventos e mecanismos de auditoria do processo eleitoral, **podendo opinar sobre os trabalhos e recomendar ações adicionais**.

LEGALIDADE

PORTARIA Nº 579-TSE, DE 8 DE SETEMBRO DE 2021.

Tornou pública a composição da Comissão de Transparência das Eleições (CTE).

Entre os membros da Comissão, o TSE incluiu um representante das Forças Armadas.

TRABALHO TÉCNICO

- ✓ Técnicos militares altamente especializados em tecnologia da informação e defesa cibernética.
- ✓ Estudo e entendimento do processo eleitoral para opinar com propriedade.
- ✓ Dedicção da equipe.

COLABORAÇÃO

- ✓ Sempre que chamadas, as Forças Armadas colaboraram com o TSE e outras instituições.
- ✓ Apresentação de propostas plausíveis e exequíveis.
- ✓ Participação nas reuniões da Comissão.
- ✓ Busca do diálogo permanente.
- ✓ Contribuição para o aperfeiçoamento da segurança e da transparência.



Introdução



MINISTÉRIO DA
DEFESA



Comissão de Transparência das Eleições (CTE)

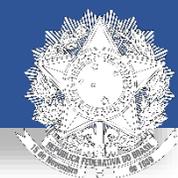


Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação



Conclusão

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

SETEMBRO

2021

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19

**PORTARIA nº 578-TSE,
DE 8 DE SETEMBRO DE 2021**

O TSE instituiu a **Comissão de Transparência das Eleições (CTE)** e o Observatório da Transparência das Eleições (OTE).

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

DEZEMBRO

2021

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
		1	2	3	4	5
6						12
13						19
20						26
27						

As Forças Armadas realizaram questionamentos técnicos ao TSE, visando a conhecer o processo eleitoral.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

DEZEMBRO

2021

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
		1	2	3	4	5
				10	11	12
				17	18	19
				24	25	26
				31		

As Forças Armadas encaminharam **8 (oito) propostas iniciais** ao TSE, com o conhecimento que se tinha até aquele momento.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

FEVEREIRO

2022

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13

O TSE respondeu aos questionamentos técnicos feitos pelas Forças Armadas, em dezembro de 2021.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

MARÇO

2022

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15					20
21	22					27
28	29					

As Forças Armadas encaminharam **7 (sete)** propostas adicionais ao TSE.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

ABRIL

2022

SE	TE	QU	QI	QV	SA
4	5	6	7	8	9
11	12	13	14	15	16
18	19	20	21	22	23
25	26	27	28	29	30

O MD participou de uma audiência com o Presidente do TSE, na qual solicitou uma reunião técnica para a apresentação e a discussão das propostas das Forças Armadas com a equipe técnica do Tribunal.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

ABRIL

2022

SE	TE	QU
4	5	6
11	12	13
18	19	20
25	26	27

O MD participou de outra audiência no TSE, tendo a equipe técnica do Tribunal como assistência. Houve a apresentação das propostas das Forças Armadas, mas não ocorreu a discussão técnica.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

MAIO

2022

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
						1
2	3	4	5	6	7	8
9						
16						
23						
30	31					

O MD propôs ao TSE a **divulgação dos documentos** ostensivos.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

MAIO

2022

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
						1
2	3	4	5	6	7	8
9						
16						
23						
30	31					

O TSE respondeu ao MD **não se opor à divulgação dos documentos ostensivos.**

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

MAIO

2022

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
						1

2

9

16

23

30

O TSE divulgou as **respostas técnicas sobre as propostas das Forças Armadas**, apontando divergências quanto às premissas e aos parâmetros e informando a rejeição das propostas.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

JUNHO

2022

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12

O MD apresentou **considerações sobre as respostas técnicas** do TSE.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

JUNHO

2022

SE TE QU QU SE SA DO

6

13

20

27

O TSE respondeu às considerações do Ministério da Defesa, **agradecendo e enfatizando a atuação das entidades fiscalizadoras**, conforme a Resolução nº 23.673-TSE.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

JUNHO

2022

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
		1				
6	7	8				
13	14	15				
20	21	22				
27	28	29				

O MD formalizou ao TSE a solicitação do agendamento de um encontro entre as equipes técnicas do Tribunal e das Forças Armadas.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA DAS ELEIÇÕES



MINISTÉRIO DA
DEFESA

JUNHO

2022

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13						
20						
27						

O MD reiterou a necessidade de realizar uma reunião específica entre as equipes técnicas do Tribunal e das Forças Armadas.

8 Propostas Iniciais

ACOLHIDAS

- ✓ Aperfeiçoamento do aplicativo “Boletim na Mão”.
- ✓ Submissão de novas propostas além do prazo inicial.
- ✓ Destacar, na minuta do Plano de Ação, que o código inspecionado em 2021 poderá sofrer alterações até a cerimônia de lacração e assinatura digital dos sistemas eleitorais.

ACOLHIDA PARCIALMENTE

- Aumentar a quantidade de urnas no Teste de Integridade e a forma de seleção das amostras.

8 Propostas Iniciais

EM ESTUDO PARA PLEITOS FUTUROS

- Realizar o Teste de Integridade sob as condições normais da votação (biometria).
- Aumentar a efetividade do Teste Público de Segurança, diminuindo-se as restrições impostas aos investigadores e aumentando-se a abrangência do escopo do referido teste.

NÃO ACOLHIDAS

- × Validação e contagem de cada voto sufragado, mesmo que, por qualquer motivo, as respectivas mídias ou urnas eletrônicas sejam descartadas.
- × Medidas a serem tomadas em caso da constatação de irregularidades nas eleições.

8 Propostas Iniciais

Acolhidas

3

Acolhida parcialmente

1

Pleitos futuros

2

Não acolhidas

2

7 Propostas Adicionais

ACOLHIDAS PARCIALMENTE

- Aumentar o nível de confiança do Teste de Integridade.
- Definição clara sobre os limites estabelecidos entre as tarefas de fiscalização e de auditoria no processo eleitoral.

NÃO ACOLHIDAS

- × Processo de amostragem aleatório na seleção de urnas para o Teste de Integridade.
- × Totalização com redundância dos TRE.
- × Realização do Teste Público de Segurança nas urnas UE2020.
- × Definição de procedimentos em caso de verificação de irregularidades na contagem dos votos da amostra utilizada no Teste de Integridade.
- × Disponibilizar o relatório de abstenções a fim de aumentar a superfície de fiscalização do processo eleitoral.

7 Propostas Adicionais

Acolhidas

0

Acolhidas parcialmente

2

Pleitos futuros

0

Não acolhidas

5

Total de 15 Propostas

Acolhidas

3

Acolhidas parcialmente

3

Pleitos futuros

2

Não acolhidas

7



**As três propostas entendidas como as
mais importantes a serem acolhidas.**

Proposta

Realizar o teste de integridade das urnas nas mesmas condições da votação, inclusive com a utilização da biometria do próprio eleitor da urna em teste.

Finalidade

Reduzir a possibilidade de um código malicioso furtar-se ao teste.

Proposta

Implementar, ainda para o pleito de 2022, o Teste Público de Segurança (TPS) das urnas UE2020.

Finalidade

Assegurar que *hardware* e *software* funcionam de forma integrada adequadamente e com menores riscos de segurança, pois esse modelo de urna representará cerca de 39% do total.

Proposta

Tornar efetivas a fiscalização e a auditoria pelas entidades fiscalizadoras em todas as fases do processo.

Finalidade

Aumentar a transparência, pois é uma boa prática de auditoria que “quem faz não deve ser quem audita”.



Introdução



MINISTÉRIO DA
DEFESA



Comissão de Transparência das Eleições (CTE)



Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação



Conclusão

Resolução nº 23.673-TSE, de 14/12/2021

Art. 6º Para efeito dos procedimentos previstos nesta Resolução, salvo disposição específica, **são consideradas entidades fiscalizadoras, legitimadas a participar das etapas do processo de fiscalização:**

I - partidos políticos, federações e coligações;

II - Ordem dos Advogados do Brasil;

III - Ministério Público;

IV - Congresso Nacional;

V - Supremo Tribunal Federal;

VI - Controladoria-Geral da União;

VII - Polícia Federal;

VIII - Sociedade Brasileira de Computação;

IX - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;

X - Conselho Nacional de Justiça;

XI - Conselho Nacional do Ministério Público;

XII - Tribunal de Contas da União;

XIII - Forças Armadas;

XIV - Confederação Nacional da Indústria, demais integrantes do Sistema Indústria e entidades corporativas pertencentes ao Sistema S;

XV - entidades privadas brasileiras, sem fins lucrativos, com notória atuação em fiscalização e transparência da gestão pública, credenciadas junto ao TSE; e

XVI - departamentos de tecnologia da informação de universidades credenciadas junto ao TSE.

FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA
DEFESA

JUNHO

2022

SE	TE	QU	QU	SE	SA	DO
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13						
20						
27						

O MD informou ao TSE a participação das Forças Armadas como entidades fiscalizadoras do sistema eletrônico de votação.

FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA
DEFESA

JUNHO

SE

6

13

20

27

21

28

22

29

23

30

24

25

26

O MD informou ao TSE os nomes dos integrantes da equipe que representará as Forças Armadas como entidades fiscalizadoras do sistema eletrônico de votação.

FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA
DEFESA

JUNHO

SE	TI					
6	7					
13	14					
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

O TSE intimou as instituições legitimadas como entidades fiscalizadoras do sistema eletrônico de votação a manifestarem o interesse na participação e informarem os nomes dos representantes.

FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA
DEFESA

JUNHO

2022

SE	SA	SAB	SUN	SUN	SUN	SUN
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

O MD encaminhou ao TSE a solicitação, da equipe das Forças Armadas, de subsídios técnicos para estudo, com vistas à atuação como entidades fiscalizadoras.



Considerações técnicas sobre eventuais oportunidades de melhoria do sistema eletrônico de votação.

Resolução nº 23.673 -TSE, de 14/12/2021

SISTEMAS ELEITORAIS

Programas de computador relacionados que automatizam o processo eleitoral e são executados tanto em computadores quanto nas urnas eletrônicas.

- *Gerenciador de Dados, Aplicativos e Interface com a Urna Eletrônica (Gedai-EU)*
- *Sistema de Gerenciamento da Totalização (Sistot)*
- *Transportador de Arquivos, Informação de Arquivos de Urna (InfoArquivos)*
- *JE-Connect*
- *Receptor de Arquivos de Urna (RecArquivos)*
- *Votação, Justificativa Eleitoral, Apuração da Urna Eletrônica e demais aplicativos da urna eletrônica (Ecosystema da Urna)*
- *Uenux - sistema operacional e de segurança da urna.*

Resolução nº 23.673 -TSE, de 14/12/2021

LACRAÇÃO DOS SISTEMAS

Procedimento que consiste na **gravação dos programas assinados em mídia não regravável** e em posterior acondicionamento desta em envelope assinado fisicamente e guardado em cofre do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

TESTE DE INTEGRIDADE DAS URNAS ELETRÔNICAS

Evento de auditoria de verificação de funcionamento das urnas eletrônicas **em condições normais de uso**.

TESTE PÚBLICO DE SEGURANÇA (TPS)

Visa a aprimorar os sistemas eleitorais, mediante a participação e colaboração de especialistas, na busca por problemas ou fragilidades que, uma vez identificados, serão resolvidos antes da realização das eleições.

LITERATURA ESPECIALIZADA

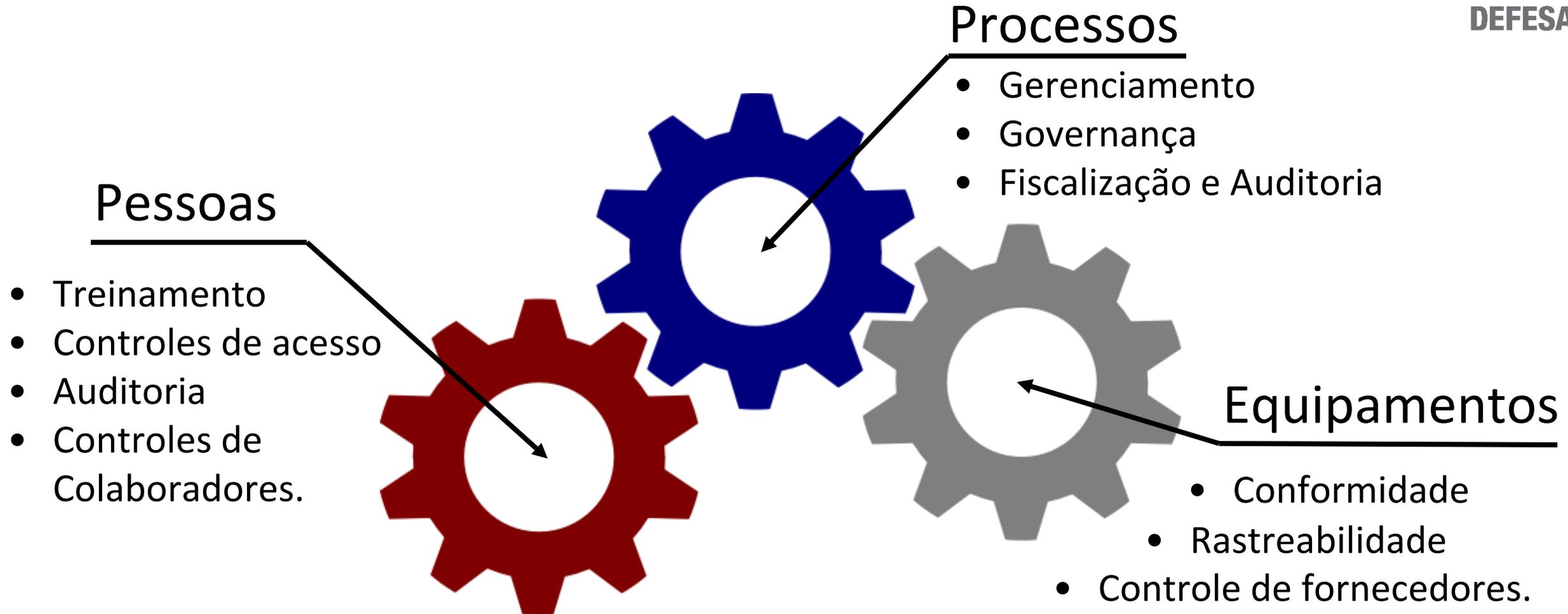
VULNERABILIDADE

Falha, defeito ou fraqueza no projeto, implementação ou operação e gerenciamento de um sistema que poderia ser explorada para **violar a política de segurança** do sistema ^[1].

CÓDIGO MALICIOSO (MALWARE)

Um programa que é inserido em um sistema, usualmente às escondidas, com a intenção de comprometer a **confidencialidade**, a **integridade** ou a **disponibilidade** dos dados, aplicações ou sistema operacional da vítima ^[1].

[1] William Stallings, L. B. "Segurança de Computadores: Princípios e Práticas." *Rio de Janeiro* (2014).





LITERATURA ESPECIALIZADA

AMEAÇA INTERNA

Iniciado por uma **entidade que está dentro do perímetro de segurança** (um “usuário interno legítimo” ou “*insider*”). O *insider* está autorizado a acessar ativos de sistema, mas os usa de modo não aprovado por quem concedeu a autorização^[1].

AMEAÇA EXTERNA

Iniciado de **fora do perímetro** por um usuário **não autorizado** ou ilegítimo do sistema (um “*outsider*”) [...] ^[1].

[1] William Stallings, L. B. "Segurança de Computadores: Princípios e Práticas." *Rio de Janeiro* (2014).



Ameaças em Sistemas de TI^[6]

Trojans

Malicioso^[5]

Chen Dong^{1,2,3}, Yi Xu^{1,3}, Ximeng Liu^{1,3},
Yuzhong Chen^{1,2,*}

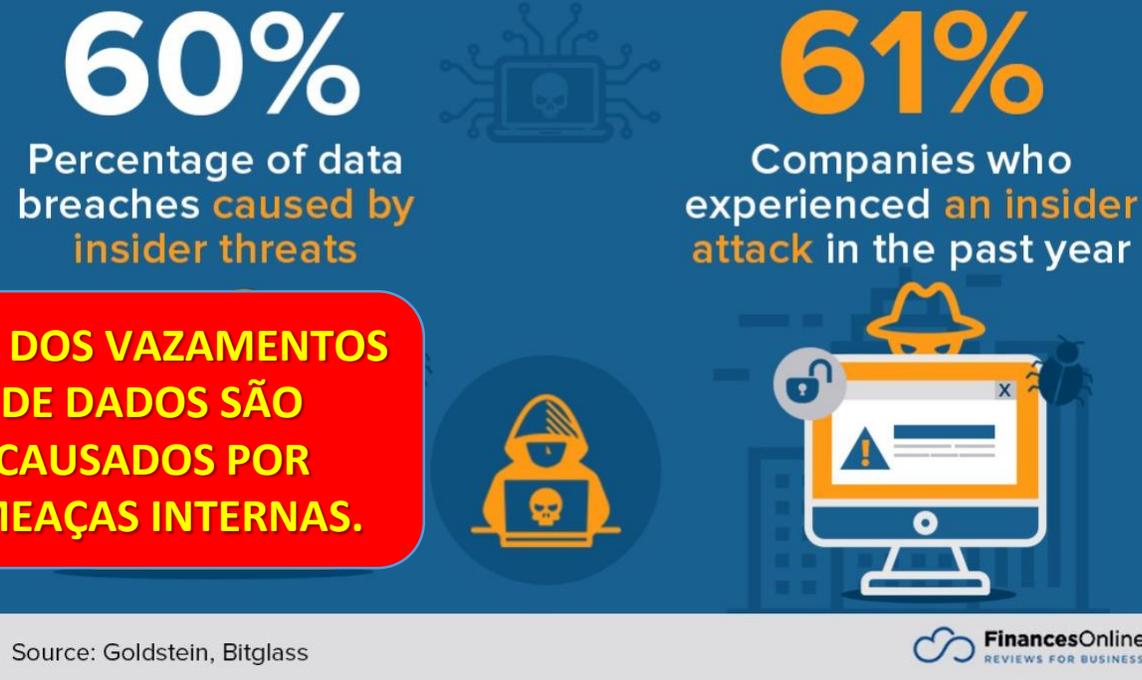
¹ Key Laboratory of Spatial Data Mining & Information
Science, Ministry of Education, Fuzhou University,
fuzhou190325013@fzu.edu.cn (Y.X.); x@fzu.edu.cn (X.
n170325003@fzu.edu.cn (G.H.)

² Fujian Provincial Key Laboratory of Network
Security, Fuzhou 350116, China

³ Key Lab of Information Security of Network
Security, Fujian Province, China

* Correspondence: yzchen@fzu.edu.cn

Received: 31 July 2020; Accepted: 3 September 2020



The discovery in 2015 that car maker XXXXXXX (XX) had installed “defeat devices” into its diesel engines to lower emissions during testing exposed a corporate scandal and resulted in a 40% drop in the company’s share price in 2 weeks. Although industry analysts questioned whether XX would survive the fallout, its shares quickly rebounded, and in 2017 the firm was the world’s largest auto manufacturer. Although this unexpected surge led some to say that the scandal had blown over, there are indicators that XX has not yet fully recovered from the affair, and several issues stemming from it remain to be resolved. An examination of several reports issued as the crisis unfolded highlights the impact on XX and offers lessons for the firm’s leaders and public policy makers.

[4] Dong C, Xu Y, Liu X, Zhang F, He G, Chen Y. Hardware Trojans in Chips: A Survey for Detection and Prevention. Sensors. 2020; 20(18):5165.

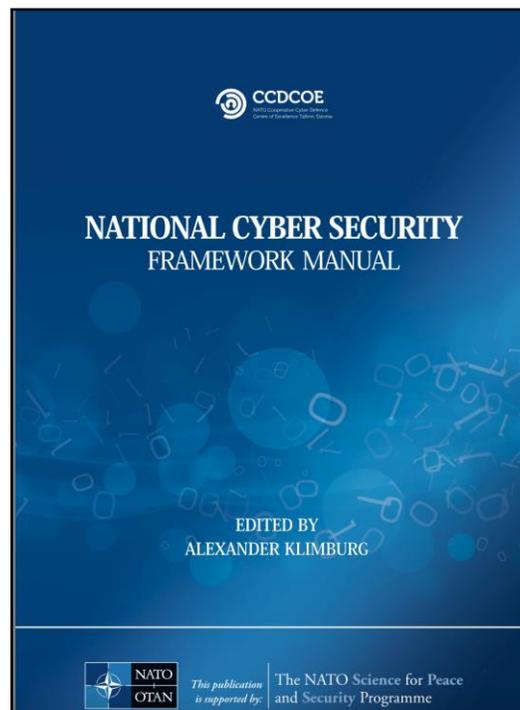
[5] Jung, Jae C., and Elizabeth Sharon. “The XXXXXXXX Emissions Scandal and Its Aftermath.” Global Business and Organizational Excellence 38.4 (2019): 6–15. Web.

[6] Bitglass' 2020 Insider Threat Report: 61% of Companies Have Experienced an Insider Attack over the Last Year <https://www.bitglass.com/press-releases/bitglass-2020-insider-threat-report>. Acessado em 09.07.22

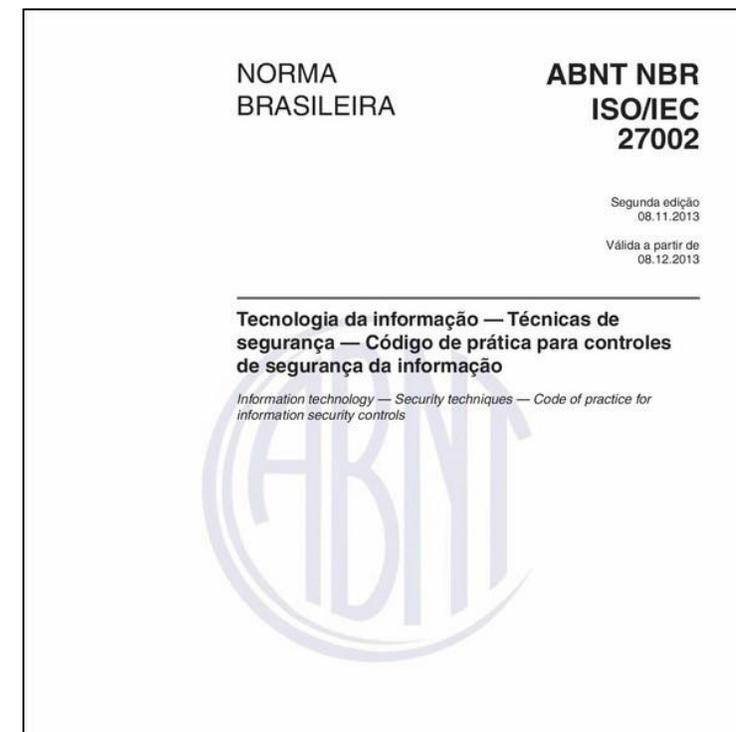
Auditoria [8]



Desenvolvimento de TI [9]



Técnicas de Segurança [10]



[8] Blegvad, Kristoffer. "INTOSAI's new professional standards framework." *International Journal of Government Auditing* 34.4 (2007): 11.

[9] Alexander Klimburg, E. D. "NATIONAL CYBER SECURITY FRAMEWORK MANUAL." (2012).

[10] ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO/IEC 27002 – Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Código de prática para a gestão da segurança da informação. Rio de Janeiro, ABNT, 2005.

VOTAÇÃO EM CÉDULA DE PAPEL



MINISTÉRIO DA
DEFESA

**A CHECAGEM DO VOTO É REALIZADA PELO ELEITOR NA
CÉDULA DE PAPEL**

JUSTIÇA ELEITORAL	
PARA GOVERNADOR	
NOME _____	OU Nº _____
PARA SENADOR	
NOME _____	OU Nº _____
PARA PREFEITO	
NOME _____	OU Nº _____
PARA DEPUTADO FEDERAL	
NOME _____	OU Nº _____
PARA DEPUTADO ESTADUAL	
NOME _____	OU Nº _____
PARA VEREADOR	
NOME _____	OU Nº _____

CÉDULA

AÇÃO FEITA PELO ELEITOR



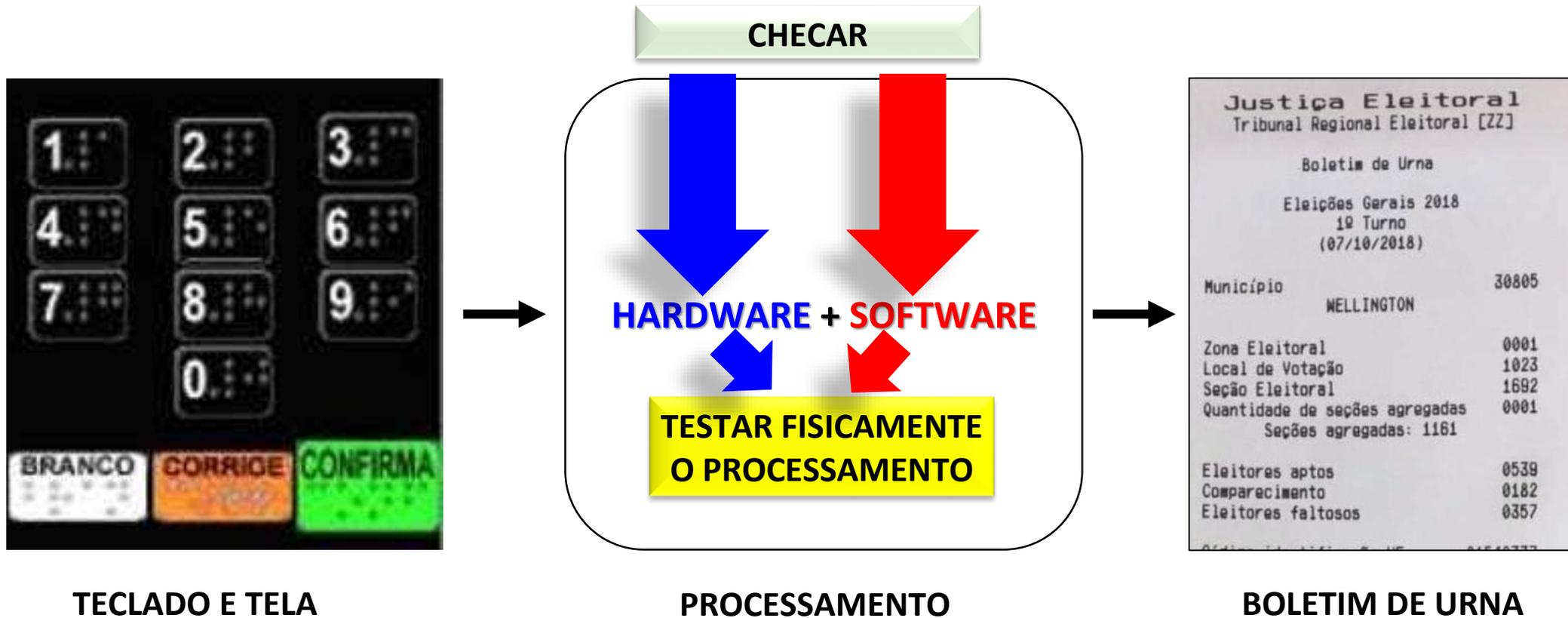
URNA

VOTAÇÃO NA URNA ELETRÔNICA



MINISTÉRIO DA
DEFESA

COMO ASSEGURAR QUE O SISTEMA PROCESSA E REGISTRA CORRETAMENTE A AÇÃO DO ELEITOR?



TESTE PÚBLICO DE SEGURANÇA



MINISTÉRIO DA
DEFESA

TECLADO



PROCESSAMENTO

HARDWARE + SOFTWARE

**PROGRAMAS DE TESTES E AÇÃO
DE COLABORADORES EXTERNOS**

BU

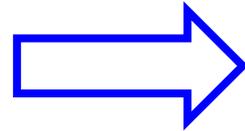
Justiça Eleitoral	
Tribunal Regional Eleitoral [ZZ]	
Boletim de Urna	
Eleições Gerais 2018	
1º Turno	
(07/10/2018)	
Município	30805
WELLINGTON	
Zona Eleitoral	0001
Local de Votação	1023
Seção Eleitoral	1692
Quantidade de seções agregadas	0001
Seções agregadas: 1161	
Eleitores aptos	0539
Comparecimento	0182
Eleitores faltosos	0357

TESTE DE INTEGRIDADE

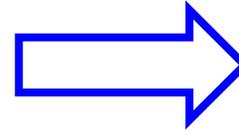


MINISTÉRIO DA
DEFESA

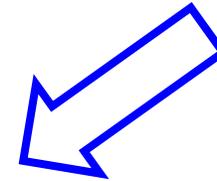
**URNAS
ESCOLHIDAS**



**A URNA É LEVADA
AO TRE**

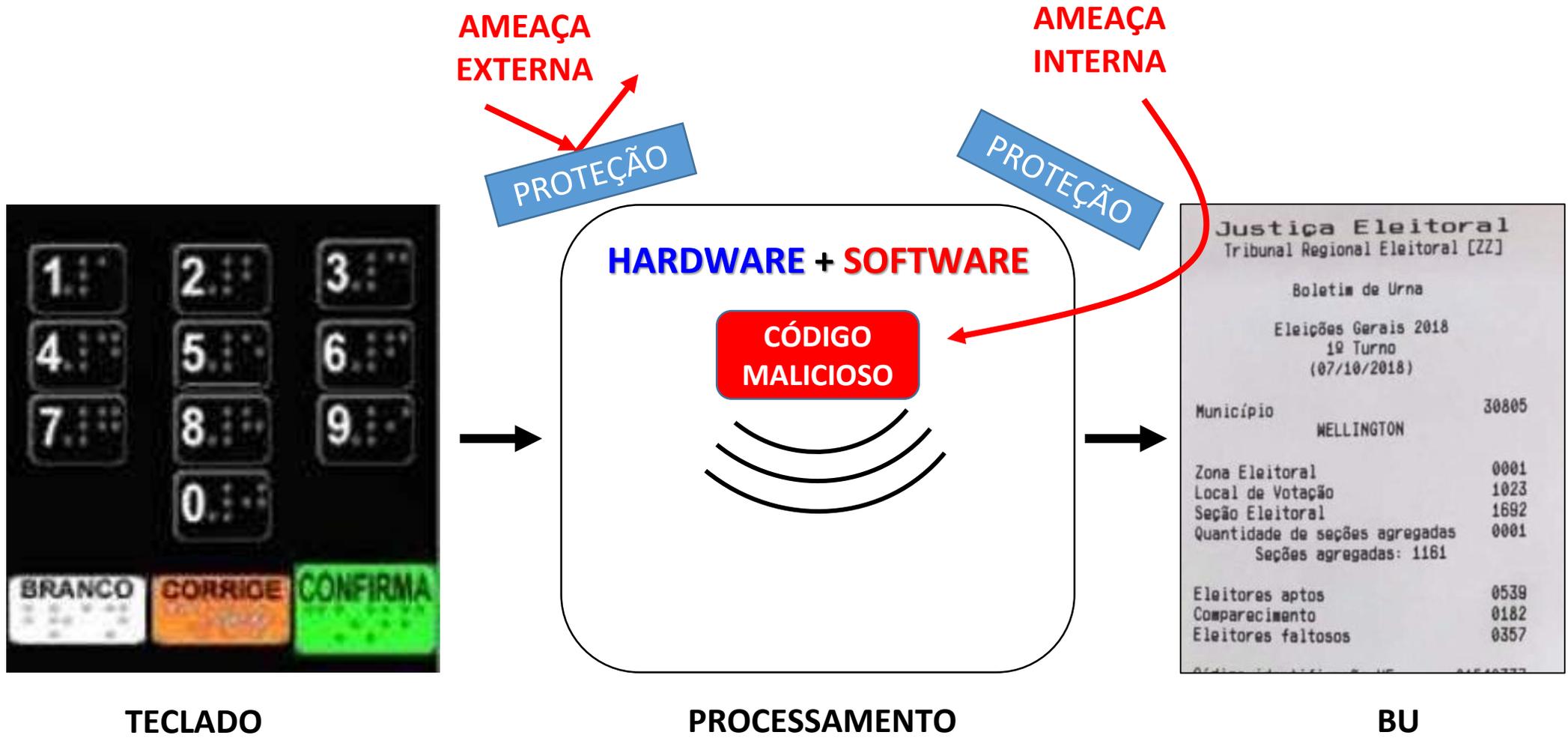


**SERVIDORES VOTAM EM CÉDULAS
E DEPOIS NA URNA
("VOTAÇÃO PARALELA")**



**AS CÉDULAS SÃO CONFERIDAS COM O BU
(COMPARAÇÃO DO MEIO FÍSICO COM O DIGITAL)**

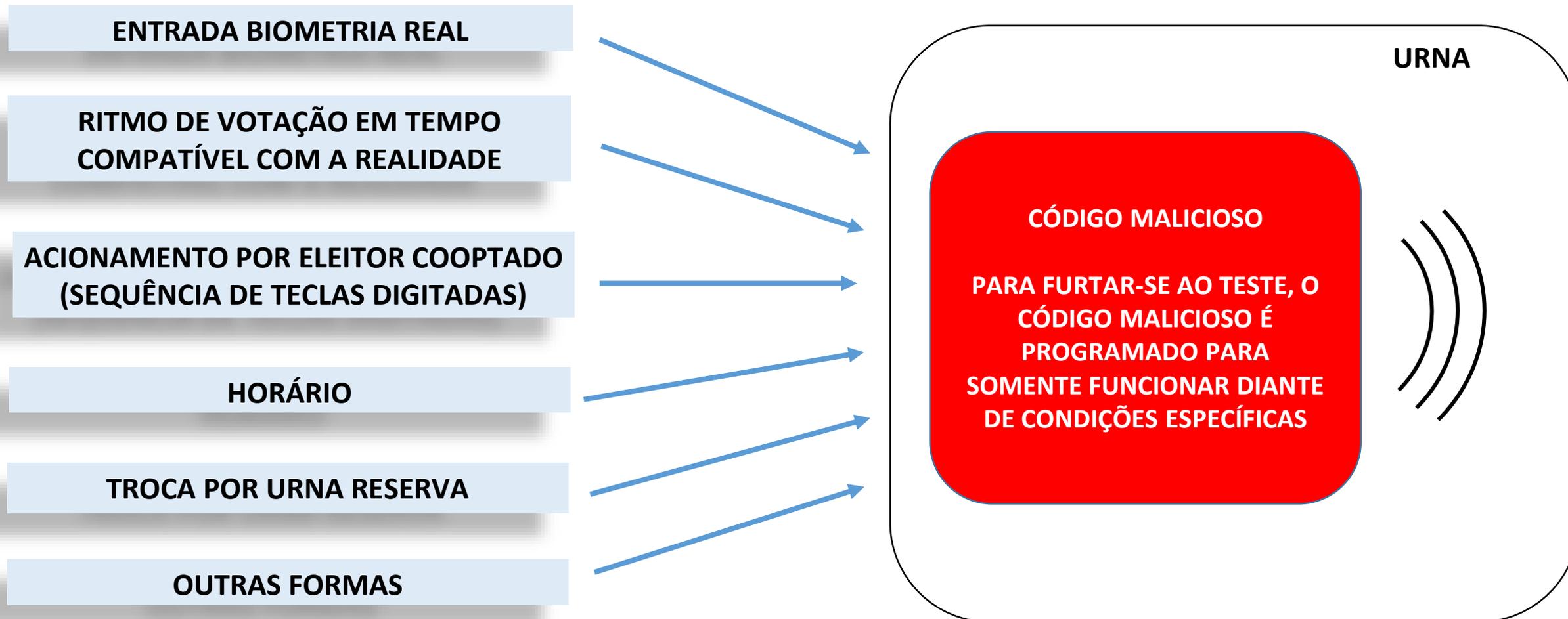
AMEAÇAS À URNA



FORMAS DE DISPARO DO CÓDIGO MALICIOSO



MINISTÉRIO DA
DEFESA



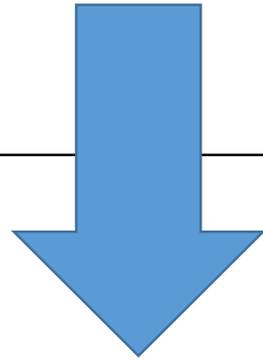
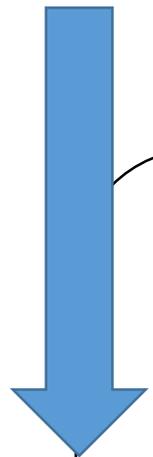
AMEAÇAS AO SISTEMA



MINISTÉRIO DA
DEFESA

LACRAÇÃO DO
SISTEMA

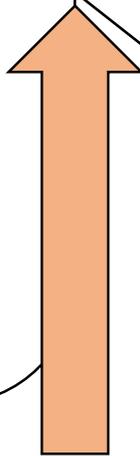
VERIFICAÇÃO



SISTEMAS
(PROGRAMAS)



CÓDIGO
MALICIOSO



HÁ NECESSIDADE DE UM TESTE DE
FUNCIONALIDADE

CÓDIGO
MALICIOSO

CÓDIGO
MALICIOSO

CÓDIGO
MALICIOSO

URNAS

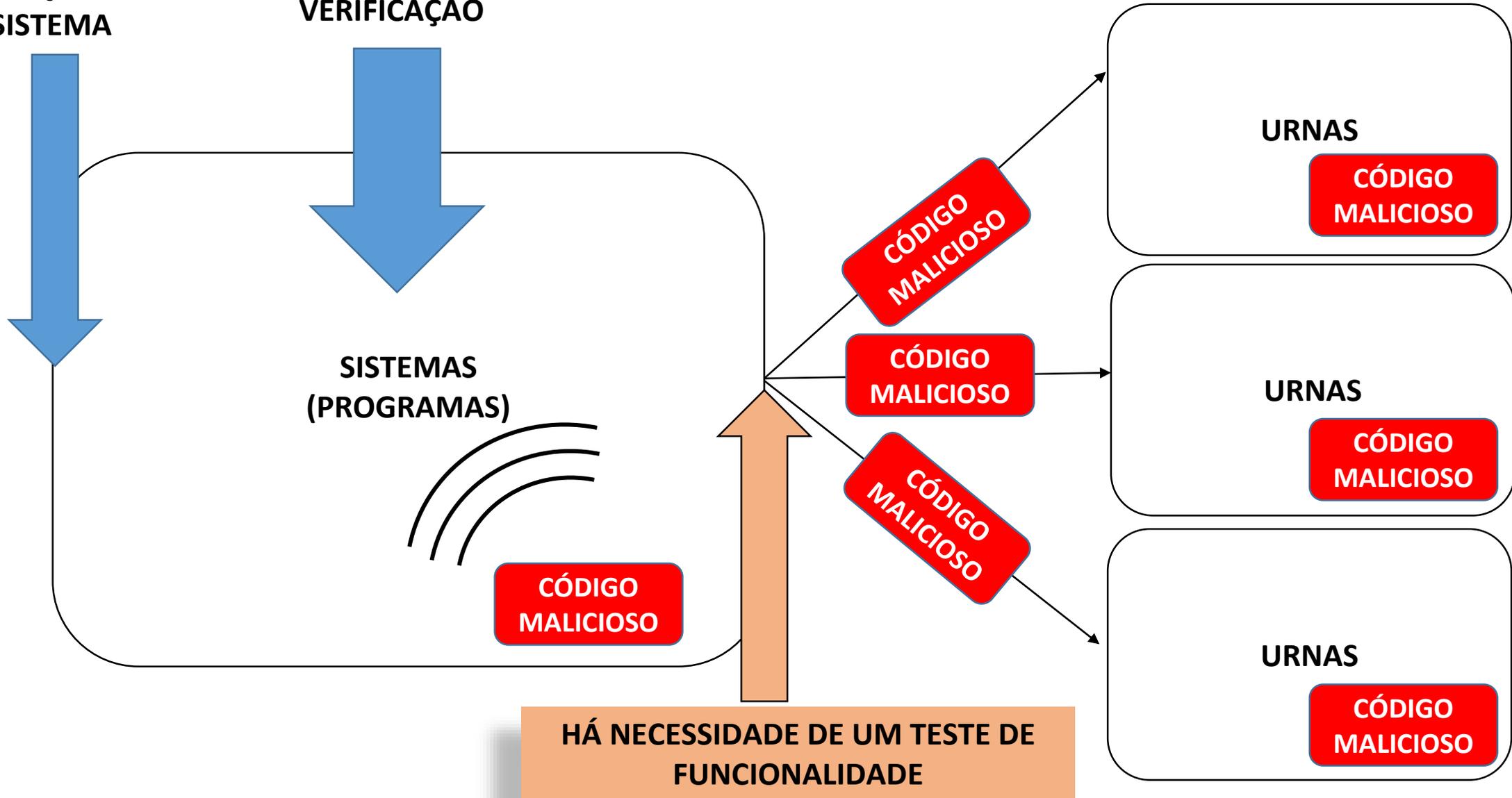
CÓDIGO
MALICIOSO

URNAS

CÓDIGO
MALICIOSO

URNAS

CÓDIGO
MALICIOSO

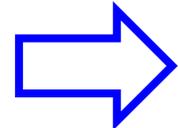


PROPOSTA: TESTE DE INTEGRIDADE NA SEÇÃO ELEITORAL



MINISTÉRIO DA
DEFESA

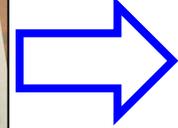
**URNAS
ESCOLHIDAS**



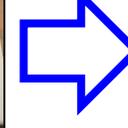
**A URNA ESCOLHIDA É MANTIDA NA
SEÇÃO ELEITORAL E OUTRA URNA É
UTILIZADA NA VOTAÇÃO**



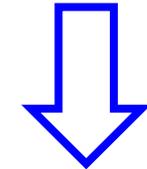
**URNA PARA
A VOTAÇÃO**



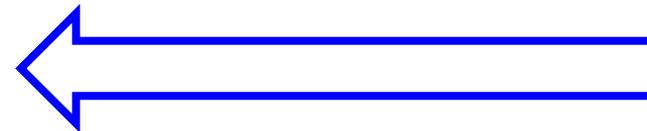
**URNA PARA
O TESTE**



**ALGUNS ELEITORES SÃO
CHAMADOS PARA LIBERAR A
VOTAÇÃO NA URNA DE TESTE,
USANDO A BIOMETRIA**



**AS CÉDULAS SÃO CONFERIDAS COM O BU
(COMPARAÇÃO DO MEIO FÍSICO COM O DIGITAL)**



**SERVIDORES VOTAM EM CÉDULAS
E DEPOIS NA URNA
("VOTAÇÃO PARALELA")**



Introdução



MINISTÉRIO DA
DEFESA



Comissão de Transparência das Eleições (CTE)



Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação



Conclusão

ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

LEGALIDADE

TRABALHO TÉCNICO

COLABORAÇÃO

CONCLUSÃO



MINISTÉRIO DA
DEFESA

Não há sistema informatizado imune a ameaças internas e externas.

Hardware e software necessitam ser continuamente aperfeiçoados, inspecionados e auditados.

A verificação da integridade dos sistemas deve ser feita em condições o mais próximo da realidade.

CONCLUSÃO



MINISTÉRIO DA
DEFESA

As três propostas das Forças Armadas entendidas como essenciais são:

Realizar o Teste de Integridade nas mesmas condições do momento da votação (biometria etc), na própria seção eleitoral com uma urna teste, com a mesma carga da urna da seção eleitoral.

Realizar o Teste Público de Segurança nas urnas modelo UE2020.

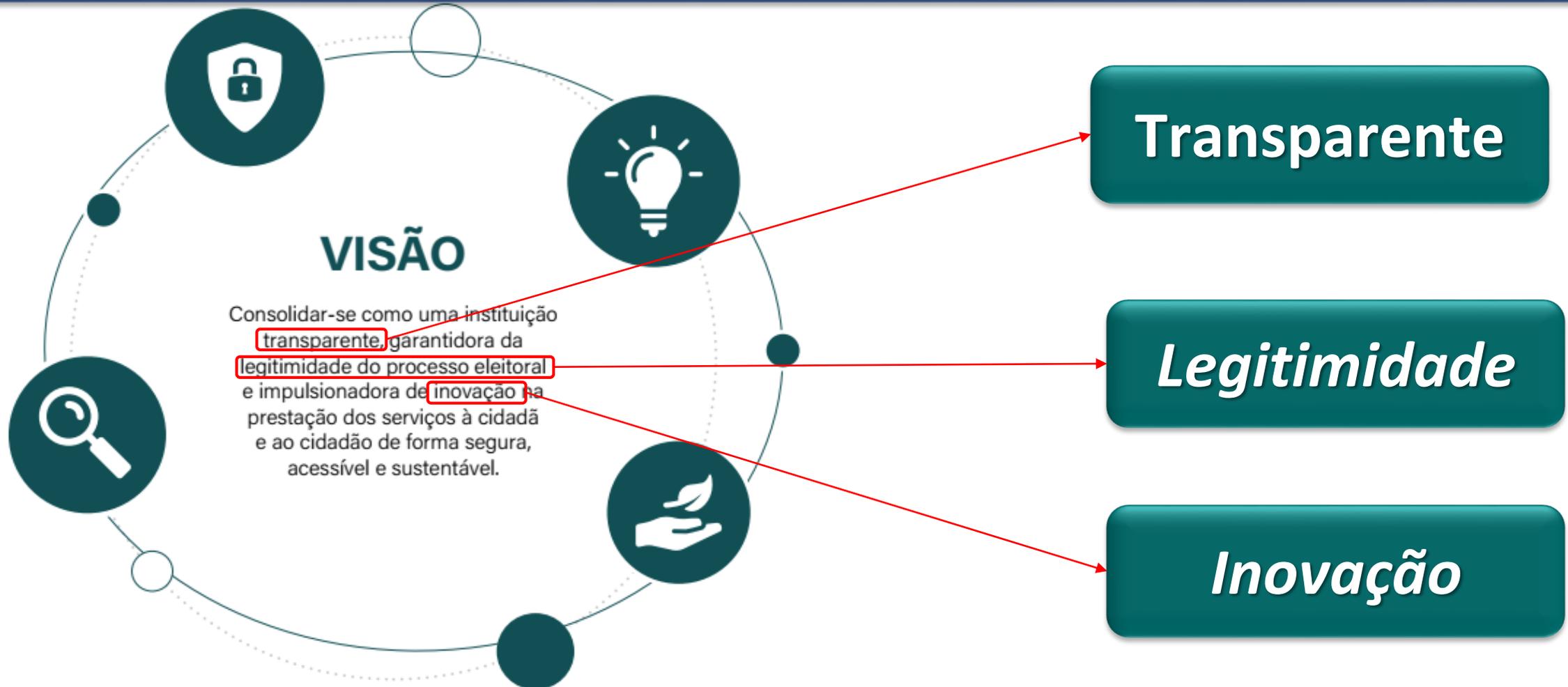
Tornar efetiva a auditoria independente, especialmente as dos partidos políticos (“Quem faz não deve ser quem audita”).

CONCLUSÃO



MINISTÉRIO DA
DEFESA

A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ESTÁ ALINHADA À VISÃO DO TSE



Plano Estratégico do TSE 2021-2026

CONCLUSÃO



MINISTÉRIO DA
DEFESA

A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ESTÁ ALINHADA AOS VALORES DO TSE



Plano Estratégico do TSE 2021-2026

CONCLUSÃO



A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS COLABORA COM A MISSÃO DO TSE



CONCLUSÃO



MINISTÉRIO DA
DEFESA

Segurança

Transp

FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA!

Tranquilidade

Paz Social



Ordem e Progresso